



A integridade na saúde não pode ser tratada como uma questão isolada de empresas, segmentos ou instituições. Em uma cadeia complexa, que reúne indústria farmacêutica, dispositivos médicos, diagnóstico in vitro, prestadores de serviços, operadoras, poder público e pacientes, os riscos de integridade e também se distribuem por diferentes elos e exigem respostas coordenadas.

Essa foi uma das principais reflexões do diretor-executivo da ABRAIDI, Davi Uemoto, ao moderar o painel “Indústrias” do 3º Fórum de Integridade na Saúde, realizado em 20 de agosto, durante a ExpoCompliance 2026, em São Paulo. Promovido pelo Instituto Ética Saúde (IES), o fórum reuniu representantes de diferentes segmentos da cadeia para discutir ética, transparência, compliance e os desafios para a construção de um ambiente mais íntegro e sustentável na saúde.

Para Davi Uemoto, a própria composição do painel evidenciou essa diversidade. Participaram representantes de entidades setoriais e empresas de diferentes segmentos, incluindo a indústria farmacêutica e a de dispositivos médicos. “A cadeia de fornecimento da saúde é diversa e, dentro de cada segmento, existem diferentes realidades e níveis de risco”, observa. Um dos pontos centrais do debate foi a necessidade de que os programas de compliance deixem de ser estruturas estáticas e passem a acompanhar a evolução dos riscos.

Na avaliação do diretor da ABRAIDI, a adoção efetiva de um sistema de gestão de compliance deve partir de uma identificação consistente dos principais riscos de integridade e ser continuamente atualizada. Nesse sentido, os estudos produzidos pelo Instituto Ética Saúde podem funcionar como importantes referências para as empresas na elaboração de seus risk assessments. Em 2026, uma pesquisa realizada pelo IES em parceria com a FGVethics e a FGV Saúde identificou uma percepção elevada de corrupção em toda a cadeia da saúde: 66,8% dos entrevistados classificaram o nível de corrupção no setor como alto. O índice chegou a 92,5% quando consideradas instituições públicas e a 88,4% nas instituições privadas.

“Os estudos do Instituto Ética Saúde servem como um balizador para a construção do mapeamento de riscos. As empresas não precisam reinventar a roda. Existe conhecimento produzido, baseado em evidências, que pode ser utilizado para tornar os programas de integridade mais efetivos”, destaca Davi Uemoto.

Outro aspecto abordado no painel foi o risco provocado pela falta de transparência e pela assimetria de informações. Na saúde, a diferença de conhecimento entre os diversos participantes da cadeia pode gerar relações de dependência e vulnerabilidade informacional. Segundo o diretor da ABRAIDI, enfrentar esse problema exige ampliar a transparência e criar mecanismos que permitam que as decisões sejam tomadas com maior equilíbrio entre os diferentes atores. Nesse contexto, o paciente precisa ocupar uma posição mais ativa. “Não podemos falar apenas em nome do paciente. É necessário que ele também participe dessas discussões”, defende. A presença de associações de pacientes no fórum foi destacada como um sinal positivo dessa mudança de perspectiva.

O debate também abordou a relação entre regulação estatal e autorregulação privada. Para Davi Uemoto, a discussão não deveria mais ser colocada como uma escolha entre dois modelos. “O caminho hoje vai além de escolher entre regulação estatal ou autorregulação privada. Precisamos combinar os dois modelos”, afirma.

Nesse cenário, o diretor executivo considera que o Instituto Ética Saúde conquistou um papel relevante ao longo de sua trajetória. Criado originalmente a partir de um acordo setorial, o IES evoluiu para uma instituição com governança própria e um arcabouço normativo estruturado, ampliando sua atuação para diferentes elos da cadeia de valor da saúde. Em 2025, a organização também recebeu do Ministério da Justiça e Segurança Pública a qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), reforçando institucionalmente sua atuação em ética,

governança e interesse público.

Para o diretor-executivo da ABRAIDI, essa evolução confere legitimidade ao Instituto para exercer um papel de articulação entre os diferentes agentes do setor.

“Cada vez mais enxergamos a legitimidade do IES na condução dessa autorregulação privada, abarcando todos os elos da cadeia de valor”, afirma. “A discussão reforça, assim, uma compreensão mais ampla de integridade: não se trata apenas de evitar desvios ou cumprir normas, mas de construir mecanismos permanentes de transparência, prevenção e gestão de riscos capazes de fortalecer a confiança em todo o ecossistema da saúde”, completa.

**Fonte:** [Abraidi](#), em 24.08.2026.